



MINISTÉRIO DA ECONOMIA  
Gabinete do Ministro da Economia

OFÍCIO SEI Nº *409*/2019/GME-ME

Brasília, *14* de *agosto* de 2019.

A Sua Excelência a Senhora  
Deputada SORAYA SANTOS  
Primeira-Secretária da Câmara dos Deputados


**Assunto: Requerimento de Informação.**

Senhora Primeira-Secretária,

Refiro-me ao Ofício 1ª Sec/RI/E/nº 635/19, de 17.07.2019, dessa Primeira-Secretaria, por intermédio do qual foi remetida cópia do Requerimento de Informação nº **837/2019**, de autoria da COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA, que requer "informações sobre os vetos do Presidente da República aos itens E e F, do artigo 124 da Medida Provisória 871, de 18 de janeiro de 2019".

A propósito, encaminho a Vossa Excelência, em resposta à solicitação daquela Comissão, cópia do Despacho S/N, de 07 de agosto de 2019, elaborado pela Secretaria Especial de Fazenda.

Atenciosamente,

  
PAULO GUEDES  
Ministro de Estado da Economia

<b>PRIMEIRA-SECRETARIA</b>	
Documento recebido nesta Secretaria sem a indicação ou aparência de tratar-se de conteúdo de caráter sigiloso, nos termos do Decreto n. 7.845, de 14/11/2012, do Poder Executivo.	
Em <i>15</i> <i>08</i> <i>19</i>	às <i>11</i> <i>h31</i>
<i>DR</i> Servidor	<i>5-876</i> Ponto
<i>[Assinatura]</i> Portador	



MINISTÉRIO DA ECONOMIA  
Secretaria Especial de Fazenda  
Assessoria Parlamentar

## DESPACHO

Processo nº 12100.102346/2019-11

À Assessoria para Assuntos Parlamentares,

Em atenção ao Despacho GME-CODEP (2899790), encaminho a resposta do Banco Central do Brasil contida no Ofício 15509/2019-BCB/Diret (3391571).

Brasília, 07 de agosto de 2019.

Documento assinado eletronicamente  
ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR  
Secretário Especial Adjunto de Fazenda



Documento assinado eletronicamente por **Esteves Pedro Colnago Junior, Secretário(a) Especial Adjunto(a) de Fazenda**, em 08/08/2019, às 18:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3391623** e o código CRC **C86A4F1D**.

Referência: Processo nº 12100.102346/2019-11.

SEI nº 3391623



## BANCO CENTRAL DO BRASIL

Ofício 15509/2019-BCB/Diret  
PE 161104

Brasília, 29 de julho de 2019.

Ao Senhor  
Marcelo Pacheco dos Guaranys  
Secretário-Executivo do Ministério da Economia  
Esplanada dos Ministérios, Bloco P, 4º andar  
Brasília (DF)

Assunto: Ofício 1ºSec/RI/E/nº 635/19, referente ao Requerimento de Informação (RIC) nº 837, de 2019.

Senhor Secretário-Executivo,

Refiro-me ao Ofício 1ºSec/RI/E/nº 635/19, de 17 de julho de 2019, por meio do qual a Primeira-Secretária da Câmara dos Deputados, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, encaminhou ao Ministro de Estado da Economia o Requerimento de Informação nº 837, de 2019, de autoria da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, solicitando informações acerca dos vetos do Presidente da República aos arts. 124-E e 124-F da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, cuja redação foi proposta pelo Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 11, de 2019, que converteu a Medida Provisória (MPV) nº 871, de 18 de janeiro de 2019, na Lei nº 13.846, de 18 de junho de 2019.

2. A propósito, destaco que, durante o prazo de sanção do PLV nº 11, de 2019, o Banco Central do Brasil (BCB), instado a se manifestar pela Casa Civil da Presidência da República, recomendou a aposição de veto aos referidos dispositivos, por inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público.

3. Segundo a avaliação da área técnica do BCB, realizada pelo Departamento de Regulação do Sistema Financeiro (Denor), a inclusão dos mencionados artigos ao texto da Lei nº 8.213, de 1991, ofenderia o princípio constitucional da livre iniciativa, na medida em que dificultaria o processo de concessão de crédito, impedindo o acesso a informações necessárias para a sua contratação, a exemplo da margem consignável do tomador do crédito. Além disso, esses dispositivos estariam em dissonância com a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com as alterações promovidas pela Lei nº 13.853, de 8 de julho de 2019, que permite o compartilhamento de dados pessoais entre entes público e privado, desde que a transferência esteja respaldada em convênios, contratos ou instrumentos congêneres.





4. Foi ressaltado, ainda, que a Instrução Normativa INSS/PRES nº 100, de 28 de dezembro de 2018, que alterou a Instrução Normativa INSS/PRES nº 28, de 16 de maio de 2008, já estipula regras específicas para as atividades de oferta comercial de operações de crédito com consignação em folha de pagamento para a beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)<sup>1</sup>. Por sua vez, as alterações introduzidas com o PLV nº 11, de 2019, na forma dos mencionados arts. 124-E e 124-F, ao alcançarem todas as formas de concessão de crédito pessoal, em caráter permanente e sem fixação de prazo, poderiam trazer prejuízos aos clientes ao limitar o seu acesso a operações de crédito, inclusive à renegociação de operações vigentes.

5. A área técnica desta Autarquia destacou também que, sob o ponto de vista concorrencial, a vedação à realização de marketing ativo a beneficiários do INSS, pretendida com a introdução do art. 124-F, aplicar-se-ia somente às instituições financeiras que formalizaram convênios com o INSS, o que poderia criar uma vantagem comparativa indesejável para as demais instituições não convenientes que atuam com modalidades de crédito não-consignadas, que poderiam continuar sendo ofertadas livremente aos beneficiários do INSS..

6. Sob a perspectiva jurídica, a Procuradoria-Geral do Banco Central (PGBC) concluiu pela proposta de veto aos dispositivos por inconstitucionalidade formal, tendo em vista a ausência de pertinência temática com o texto original da MPV nº 871, de 2019. A recomendação de veto decorreu também das redações aprovadas para os arts. 124-E e 124-F, que continham conceitos jurídicos abertos e de difícil determinação em situações concretas. Em sua manifestação, a PGBC esclareceu que, considerada a redação proposta e as múltiplas vertentes de interpretação de normas, seria possível que o conceito jurídico indeterminado gerasse entendimentos que até mesmo inviabilizassem toda e qualquer transmissão de informação e toda e qualquer contratação de operação de crédito pessoal, ainda que o

<sup>1</sup> Citem-se os seguintes dispositivos da Instrução Normativa INSS/PRES nº 28, de 2008, com redação conferida pela Instrução Normativa INSS/PRES nº 100, de 2018:

"Art. 1º O desconto no valor da aposentadoria e pensão por morte pagas pela Previdência Social das parcelas referentes ao pagamento de empréstimo pessoal e cartão de crédito, concedidos por instituições financeiras, obedecerão ao disposto nesta Instrução Normativa.

§ 1º Os benefícios referidos no caput, uma vez concedidos, permanecerão bloqueados para a realização de operações relacionadas à consignação de valores relativos a empréstimos, financiamentos, cartões de crédito e operações de arrendamento mercantil até que haja autorização expressa para desbloqueio por parte de seu titular ou representante legal.

§ 2º O desbloqueio referido no § 1º deste artigo somente poderá ser autorizado após noventa dias contados a partir da Data de Despacho do Benefício - DDB, por meio de serviço eletrônico com acesso autenticado, para tratamento das autorizações emitidas em meio físico ou eletrônico.

§ 3º Fica expressamente vedado às instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil que mantenham Convênios e/ou Acordos de Cooperação Técnica com o INSS, diretamente ou por meio de interposta pessoa, física ou jurídica, qualquer atividade de marketing ativo, oferta comercial, proposta, publicidade direcionada a beneficiário específico ou qualquer tipo de atividade tendente a convencer o beneficiário do INSS a celebrar contratos de empréstimo pessoal e cartão de crédito, com pagamento mediante consignação em benefício, antes do decurso de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da respectiva DDB.

§ 4º As atividades referidas no § 3º deste artigo, se realizadas no prazo de vedação, serão consideradas assédio comercial, e serão punidas nos termos do Capítulo XII, sem prejuízo de assim também serem consideradas outras práticas qualificadas como abusivas pelos órgãos de defesa do consumidor. (...)"



## BANCO CENTRAL DO BRASIL

3

beneficiário do INSS tivesse tomado a iniciativa de buscar o contato com a instituição financeira de maneira livre e consciente.

7. Assim, argumentou-se que, no limite, os dispositivos em referência poderiam acarretar violação ao princípio constitucional da isonomia, tanto sob a ótica das instituições financeiras quanto do tomador. Nesse sentido, a impossibilidade de receber, de instituição conveniada ao INSS, informações que convençam o beneficiário a tomar crédito poderia direcionar o interessado a outros agentes financeiros, não vinculados ao INSS, gerando vantagem competitiva que pode ser tida como não aderente ao vetor igualmente constitucional da livre iniciativa. Já sob a ótica do tomador, ele estaria diante de restrição no acesso ao crédito que não existe para pessoas comuns que não recebam benefícios do INSS, como se o fato de ser beneficiário representasse limitação de sua capacidade cognitiva e negocial, o que pareceria atentatório à dignidade da pessoa humana – violando, assim, outra garantia constitucional.

8. Nesse contexto, com vistas a mitigar prejuízos ao mercado de crédito, ao regular funcionamento do Sistema Financeiro Nacional e, principalmente, ao cidadão brasileiro, preservando a competência do Conselho Monetário Nacional e do BCB para a disciplina geral do crédito e de produtos bancários, esta Autarquia entendeu como conveniente a proposição de vetos ao texto aprovado no Congresso Nacional do PLV nº 11, de 2019, em relação à inserção dos arts. 124-E e 124-F na Lei nº 8.213, de 1991

Atenciosamente,

Mauricio Costa de Moura

Diretor de Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta

